



# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

AO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR.

A/C PREGOEIRO

CLAUDINEI FERREIRA

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 06/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/03/2023.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RODEIO, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA 38ª FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS E 28ª FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 14, A 16 DE ABRIL DE 2023, NESTE MUNICÍPIO.**

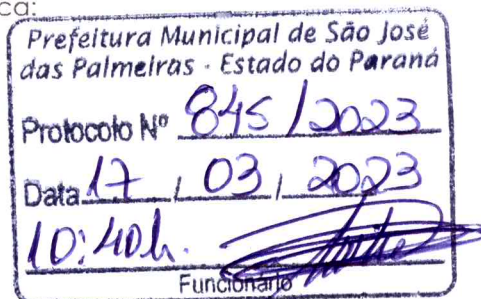
A Empresa ANA MARCIA KAUL - ME, CNPJ/MF Nº 17.778.021/0001-35, sediada na Colonia Dr. Affonso, Linha Burica, Santa Helena/PR, através de seu representante, a Sra. ANA MARCIA KAUL, CPF número 022.044.709-88, RG número 7.179.057-6 por seu representante legal, infra assinado, vem respeitosamente perante este município apresentar impugnação ao edital supra mencionado, pelos seguintes motivos:

- O Município deflagrou processo para contratação do objeto supra mencionado, tendo em seu item 8.15 listado exigências para habilitação, das quais algumas extrapolam o permissivo legal, levando, fatalmente, a ilegalidade do ato, ou seja, nulidade do processo licitatório.

Para tanto, listamos abaixo as exigências que não estão consoantes a norma legal (lei de licitações) e doutrina do Tribunal de Contas, vejamos:

"8.15- Qualificação Técnica:

...



ANA MARCIA  
KAUL:02204470988

Assinado de forma  
digital por ANA  
MARCIA  
KAUL:02204470988  
Dados: 2023.03.17  
09:40:02 -03'00'



# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

8.15.7 – A (s) empresa (s) participante (s) deverá (ao) apresentar no mínimo 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica - com as respectivas cópias das notas fiscais de prestação de serviços - emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa licitante prestou, sem restrições, serviços de natureza semelhante e compatível ao indicado neste edital. 8.13.9 – Apresentar Acervo técnico, do engenheiro ou arquiteto devidamente registrado no CREA/CAU, para as estruturas para rodeio".

Antes de discorrer sobre o que entendemos estar contrário ao permitido legalmente, cabe citar que a numeração acima aposta está conforme edital, não sendo erro de escrita desta recorrente.

Isto posto, passamos as considerações, questionamentos, e requerimento.

Quanto ao item 8.15.7:

Entende-se que o Município esteja querendo contratar empresa que tenha demonstrado capacidade de desenvolvimento de evento, para que possa ser contratada para organizar/realizar o que ela agora pretende.

Pois bem, nada há de ilegal neste quesito. O que causa estranheza é exigir **no mínimo 2 atestados de Capacidade Técnica...**

Ora, até este ponto já temos a primeira afronta a lei. Para que logre habilitação pode ser solicitado da empresa interessada atestado de capacidade técnica.

Tendo **1(um)** atestado, automaticamente demonstrada está a capacidade a ser verificada.

No tempo que se começa exigir mais de um atestado, sem que tenha peso algum no julgamento da licitação, pode-se entender que se esteja querendo direcionar o objeto a determinado licitante.

Senão vejamos: quando se começa exigir mais atestados? – Quando a licitação tem o julgamento por **TECNICA E PREÇO**. Fora isso, tendo apresentado

ANA MARCIA  
KAUL:02204  
470988

Assinado de forma  
digital por ANA MARCIA  
KAUL:02204470988  
Dados: 2023.03.17  
09:40:14 -03'00'





# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

um atestado, atendido está o edital, pois o segundo, terceiro, quarto, e assim por diante, peso algum tem, **razão nenhuma existe para se exigir mais de um atestado. ERRO GROSSEIRO**, pois no preambulo do edital está claro a forma de julgamento: “**Menor Preço Unitário do Item**”.

Não suficiente, passa-se a análise da sequência do descrito na citada exigência (item 8. 15.7):

“... com as respectivas cópias das notas fiscais de prestação de serviços...”

Novamente encontramos algo que não está escrito em ponto algum da lei de licitações que se possa exigir para habilitação.

Ao visualizar o art. 30 da Lei 8.666/93, temos as condições possíveis de exigir para habilitação:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, **NO CASO DAS LICITAÇÕES** pertinentes a obras **E SERVIÇOS, SERÁ FEITA POR ATESTADOS FORNECIDOS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, DEVIDAMENTE REGISTRADOS NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES, LIMITADAS AS EXIGÊNCIAS A:** [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#) **(grifo nosso).**

I - **capacitação técnico-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

II - (Vetado). [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

a) (Vetado). [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

b) (Vetado). [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 2º ~~As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.~~

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)



# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

§ 3º **SERÁ SEMPRE ADMITIDA A COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO ATRAVÉS DE CERTIDÕES OU ATESTADOS** de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. **(grifo nosso)...**

Assim sendo, fácil identificação a ilegalidade em requerer **apresentação de notas fiscais de prestação de serviços**, pois não consta no rol de documentos permitidos de serem exigidos.

Consultando a rede mundial de computadores encontramos inúmeras matérias sobre o tema, e aqui apresentamos duas ao menos:

1º – Parte do texto, extraído do endereço: <https://jus.com.br/artigos/46079/a-ilegal-exigencia-de-notas-fiscais-e-copias-de-contratos-como-condicao-de-habilitacao-nas-licitacoes>:

“...Em primeiro lugar, não se pode partir do pressuposto simplista de que as empresas que participam de licitações irão apresentar documentos falsos, razão pela qual se justificaria a inserção de exigências adicionais burocráticas e sem previsão legal apenas para garantir a veracidade das informações apresentadas pelos proponentes.

A Administração Pública possui os meios adequados e próprios para certificar a idoneidade das empresas, não sendo concebível obrigar que o interessado em participar de uma licitação, a cada edital, tenha que cumprir particularidades e requisitos que extrapolam aquilo que já se encontra determinado em norma.

Um clássico exemplo de requisito que ultrapassa os limites legais para fins de participação em licitações é o das exigências quanto à qualificação técnica, mais notadamente o atestado de capacidade técnica, documento este comprobatório da experiência do licitante na execução de serviços/fornecimentos compatíveis com o objeto a ser licitado em características, quantidades e prazos.

Em muitas oportunidades, não é incomum observar exigências absurdas, como a da cópia do contrato que deu origem aos serviços/fornecimentos atestados, firma reconhecida daquele que assinou o atestado e, até mesmo, as cópias autenticadas das notas fiscais/faturas alusivas, tudo para se comprovar a veracidade do conteúdo firmado no atestado de capacidade técnica apresentado pelo licitante.

Em suma, o interessado em uma determinada licitação, ainda que detenha uma grande quantidade de atestados de capacidade técnica obtida ao longo dos anos, o que já seria plenamente suficiente para cumprir os requisitos legais exigíveis e demonstrar sua experiência, será obrigado a atender requisitos





# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

desnecessários para comprovar o que já estaria comprovado de acordo com a norma. Com efeito, além de tais requisitos ilegais demandarem custos adicionais e desnecessários, implicarão, na maior parte dos casos, na inviabilidade ou na desistência da participação diante das dificuldades criadas ao atendimento de tais requisitos em tempo hábil".

...

Mas a que mais embasa/demonstra a afronta legal, encontramos no endereço eletrônico [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A2435%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2435%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520), ACORDAO 2435/2021 do Tribunal De Contas da Uniao.

Abaixo descrevemos apenas parte do documento, sendo que, em querendo aferir bastasse acessar o endereço supra mencionado.

## "NÚMERO DO ACÓRDÃO

[ACÓRDÃO 2435/2021 - PLENÁRIO](#)

### RELATOR

RAIMUNDO CARREIRO

### PROCESSO

[039.027/2021-0 launch](#)

### TIPO DE PROCESSO

REPRESENTAÇÃO (REPR)

### DATA DA SESSÃO

06/10/2021

### NÚMERO DA ATA

[39/2021 - Plenário](#)

### INTERESSADO / RESPONSÁVEL / RECORRENTE

3. Representante: LV Soluções Ambientais Ltda. (15.868.091/0001-59)

### ENTIDADE

Secretaria Especial de Saúde Indígena.

### REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Não atuou.

### UNIDADE TÉCNICA

Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

### REPRESENTANTE LEGAL

Fabio de Alencar Machado (36914/OAB-DF), Fernanda Amorim Sanna (222866/OAB-SP) e outros, representando LV Soluções Ambientais Ltda.

### ASSUNTO

Representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos provenientes das atividades de saúde do DSEI Alto Rio Purus.

### SUMÁRIO

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA ALTO PURUS/AC. REJEIÇÃO SUMÁRIA DA INTENÇÃO DE RECURSO APRESENTADA POR LICITANTE, COM FUNDAMENTO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO, PARA FINS DE

ANA MARCIA  
KAUL:02204  
470988

Assinado de forma  
digital por ANA  
MARCIA  
KAUL:02204470988  
Dados: 2023.03.17  
09:40:46 -03'00'



# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

HABILITAÇÃO, DE CONTRATO JUNTAMENTE COM ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA. EXIGÊNCIA NÃO AUTORIZADA PELO ART. 30 DA LEI 8.666/1993. PARCIAL PROCEDÊNCIA. PREJUDICADO O PEDIDO DE CAUTELAR. CIÊNCIA PREVENTIVA. ARQUIVAMENTO.

...

9.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16. Conforme destacado pela unidade técnica, "a jurisprudência do TCU é clara no sentido que a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica juntamente com as notas fiscais e/ou contratos não encontra amparo no art. 30 da Lei 8.666/1993:

Acórdão 1224/2015-TCU-Plenário, relatora Ministra Ana Arraes É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa."

Notadamente está claro que a recorrente tem amparo legal devidamente fundamentado pelo TCU para demonstrar que o edital é eivado de vício, o que torna o mesmo, NULO.

Apenas pelo que até aqui exposto temos que o edital deve ser impugnado, ou, no mínimo, retificado, trazendo aos trilhos da lei, para que tenha sequência.

Mas, resta mais uma citação, a constante no item 8.13.9 (segundo emissor do edital).

"8.13.9 – Apresentar Acervo técnico, do engenheiro ou arquiteto devidamente registrado no CREA/CAU, para as estruturas para rodeio".

Temos aqui uma situação que, de novo, afronta a lei.

É permitido que se exija acervo técnico de estrutura, sem dúvida. Contudo, quando exige que seja para rodeio, está restringindo participação de potenciais fornecedores.

Cabe a consideração: Uma empresa especializada em estruturas para eventos (pois inscrita no CREA/CAU; com responsável técnico igualmente registrado em um dos órgãos fiscalizadores; com atestado de capacidade técnica de execução de implantação de estrutura) não pode ser inabilitada por não constar em seu acervo a escrita **rodeio**.





# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

Se a empresa demonstrou capacidade, tem condições estruturais e de RH para montagem de estrutura, obviamente que deve ser admitida no certame em questão.

É cediço que empresas que trabalham com estrutura, as montam conforme exigida para cada evento.

Se a empresa montou evento com arquibancada, som, grades, alambrados, iluminação, por exemplo, já atestou que dispõe de condições totais de atender objeto da licitação a qual estamos nos referindo, bastando adequá-la ao evento que nela, e com ela, será realizado.

Vejamos o que a lei diz sobre o tema:

Lei 8.666/93, artigo 30:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: [\[Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\]](#)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de **responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**" (grifo nosso)

Assim, resta clarividente que ao exigir empresa com acervo de estrutura, já é o suficiente, e permitido, pois passando disso começa a divergir da lei, logo, NOVAMENTE MACULA O EDITAL, o que não é correto.

## REQUEREMOS

Por todo exposto, resta claro que o edital deve ser cancelado, devendo ser deflagrado observando na íntegra o que diz a lei e demais normas que a ele se aplicam.

ANA MARCIA  
KAUL:022044  
70988

Assinado de forma  
digital por ANA  
MARCIA  
KAUL:02204470988  
Dados: 2023.03.17  
09:41:13 -03'00'



# ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

Entendemos que as exigências aqui listadas são descabíveis com um certame nos termos da lei de licitações, pois buscam afastar possíveis licitantes que queiram desenvolver suas atividades.

Cabe informar que, por se tratar de direito dos licitantes, caso não sejamos atendidos na esfera administrativa, seremos obrigados a busca-los onde de direito para que se faça prevalecer a lei.

Além de exigências além do necessário, algumas são injustificadas, o que nos leva a requerer impugnação do edital, para ajuste nos termos da lei e reedição do mesmo.

No mesmo tempo solicitamos que, caso Pregoeiro não acate nosso pedido, seja o mesmo levado a crivo da autoridade máxima do município, nos termos da lei, para que este, com auxílio de sua assessoria, ordene cessamento do processo e reedição com as adequações necessárias.

Santa Helena, 17 de março de 2023

ANA MARCIA  
KAUL:022044  
70988  
Assinado de forma  
digital por ANA MARCIA  
KAUL:02204470988  
Dados: 2023.03.17  
09:41:34 -03'00'  
ANA MARCIA KAUL  
Representante da Empresa





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 17 de março de 2023.

Ao  
Sr. Herbert Correa Barros  
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ref. Pregão Presencial nº 06/2023

Em 17/03/2023 as 10horas40min , a empresa ANA MARCIA KAUL ME, inscrita no CNJ/MF sob nº 17.778.021/0001-35, com sede cidade de Santa Helena/PR, solicitou a Impugnação do Edital de Pregão Presencial nº 06/2023, cujo o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RODEIO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RODEIO, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA 38ª FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS E 28ª FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 14, A 16 DE ABRIL DE 2023,**

Considerando a necessidade em dar continuidade ao processo licitatório acima citado, solicito que se posicione mediante a emissão de seu Parecer Juridico.

Segue cópia do pedido da empresa acima mencionada, bem como o edital de Pregão Presencial 06/2023..

  
CLAUDINEI FERREIRA  
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



## **PARECER JURÍDICO**

**Assunto: Impugnação ao Edital - PREGÃO PRESENCIAL 06/2023**

**Impugnante: Ana Márcia Kaul – M.E.**

**Data: 17 de março de 2023.**

**Solicitante: Licitação**

### **I – RELATÓRIO:**

Retorna o caderno licitatório para análise e emissão de parecer, após solicitação do pregoeiro, diante do protocolo de Impugnação ao Edital, realizado no dia 17/03/2023, as 10 hs 40 min, subscrito pela representante da empresa Ana Márcia Kaul – M.E.

Em breve síntese, a Impugnante afirma que o edital encontra-se permeado por ilegalidades, especificamente quanto a exigência de apresentação de no mínimo 2 (dois) atestados de capacidade técnica, bem como a exigência de apresentação de notas fiscais de prestação de serviços.

Por fim, a Impugnante ainda questiona a exigência de apresentação de acervo técnico do engenheiro ou arquiteto para estruturas destinadas a rodeio.

Em suma, estes são os questionamentos trazidos pela Impugnante.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO:**

#### **II.I. Da Tempestividade:**

Conforme já exposto em relatório, o protocolo da Impugnação se deu no dia 17/03/2023, data que coincide com uma sexta feira.

O edital prevê no item 10.1 que o interessado pode apresentar Impugnação ao Edital no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, vejamos o recorte:

**10.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos ou para que sejam eles impugnados, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.**

Ainda, neste sentido, é importante recordar que a data da abertura dos envelopes fora fixada para o dia 21/03/2023, as 09 horas, ou seja, nota-se que o protocolo deveria ter sido realizado até o dia 16/03/2023.





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Assim, ao passo que a data de protocolo e a data de abertura de envelopes não são contabilizadas, contata-se que o protocolo da Impugnação se deu de forma **INTEMPESTIVA**.

De todo modo, é importante recordar que de acordo com a Súmula 346 do STF, é permitido à administração pública rever seus próprios atos, quando estes estiverem revestidos por vícios.



**Súmula 346 - A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.**

Portanto, passarei a analisar as supostas ilegalidades apontadas pela Impugnante, em homenagem a garantia da legalidade dos atos públicos.

## **II.II. Da Qualificação/Capacidade Técnica:**

Inicialmente, o inconformismo da Impugnante reside na exigência de que a pretensa empresa participante seja obrigada a apresentar 2 (dois) atestados de capacidade técnica, e que apenas um atestado seria o suficiente.

Nota-se que tal exigência encontra-se descrita no item 8.15.7. do Edital:

**8.15.7** – A (s) empresa (s) participante (s) deverá (ao) apresentar no mínimo 02 (dois) **Atestados de Capacidade Técnica** - com as respectivas cópias das notas fiscais de prestação de serviços - emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa licitante prestou, sem restrições, serviços de natureza semelhante e compatível ao indicado neste edital.

Ainda, a empresa Impugnante afirma que mostra-se ilegal a exigência editalícia que indica a necessidade do responsável técnico apresentar acervo técnico para estruturas de rodeio, pois isso estaria restringindo a participação de potenciais fornecedores.

Nota-se que tal exigência encontra-se descrita no item 8.13.9. do Edital

**8.13.9** – Apresentar Acervo técnico, do engenheiro ou arquiteto devidamente registrado no CREA/CAU, para as estruturas para rodeio.

Neste ponto, é imperioso recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em capacidade técnico-operacional (empresa) e capacidade técnico-profissional (responsável técnico).



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



**a) Da Qualificação Técnica Operacional:**

Assim, ao tratar da qualificação técnica operacional Marçal Justen Filho no diz:

"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".

---

Já a interpretação legal acerca das exigências de qualificação técnica e econômica se limita àquelas que são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Confira-se o disposto na Constituição Federal:

Art. 37, inciso XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

---

Também deve-se evidenciar o disposto no inciso II, do art. 30 do Estatuto das Licitações (Lei 8.666/93):

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

---





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Assim, a capacidade técnico-operacional serve para garantir segurança para a Administração no sentido de que o licitante tem condições e know how para a execução do contrato, caso seja o licitante vencedor.

No caso em apreço, observa-se que o objeto a ser licitado envolve a contratação de empresa especializada para execução de rodeios.

Ao analisar atentamente a natureza dos serviços a serem prestados, observa-se a necessidade de contratação de empresa que possua expertise na realização de tais eventos, haja vista que haverá aglomeração de pessoas, incluindo famílias, idosos e crianças.

Por outro lado, é importante recordar que dentre as atividades/serviços a serem desempenhados, encontra-se a instalação de estrutura metálica, a qual formará uma arena.

Tal estrutura, apesar de possuir natureza temporária, irá abrigar momentaneamente animais (bois, cavalos e etc), bem como irá suportar o peso de centenas de pessoas que irão assistir a competição e festividades.

Assim, observo tal questão com preocupação, talvez aquela que apenas os cabelos brancos trazem.

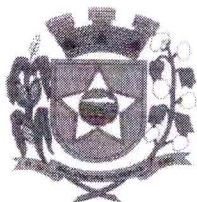
Necessário recordar de evento com características similares, ocorrido em nossa região, especificamente no município de Quatro Pontes/PR, em que o desabamento de uma arquibancada acarretou ferimentos e lesões a 120 pessoas, conforme se observa em notícia <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/desabamento-de-arquibancada-em-prova-de-arrancada-deixa-120-feridos-2xsvn8hk6bc8uda9swhtcu7gu/>

Sopesando-se as características do evento a ser realizado, o qual envolverá a participação de animais com grande força física, aglomeração de centenas de pessoas, realização de shows, instalação de praças de alimentação, exigir mais de um atestado mostra-se prudente.

Portanto, diante das peculiaridade do evento a ser realizado, nota-se que a exigência de 02 (dois) atestados de capacidade técnica operacional mostra-se compatível com a segurança que a administração pública deseja proporcionar aos participantes e a população, a fim de garantir a contratação de empresa com o mínimo de expertise, sem que isso inviabilize a participação/competição.

**b) Da Qualificação Técnica Profissional:**

Por outra banda, ao tratar da qualificação técnica profissional, em que pese o inconformismo da Impugnante, nota-se que a exigência trazida em edital também encontra-se em harmonia com a segurança pretendida, e já narrada em parecer.



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150 – São José das Palmeiras-PR



A Impugnante diz que “acervo de estrutura já seria o suficiente”, contudo, como já narrado anteriormente, a estrutura de uma arena de rodeio possui características peculiares que visam propiciar segurança aos participantes e ao público.

Neste sentido, a indicação de atestado para estruturas de rodeio mostra-se prudente, pois garantirá o mínimo de expertise do profissional.

Além disso, é importante pontuar que não se faz qualquer referência a tamanhos, quantidades ou prazos, tudo que se espera do profissional é a experiência com estruturas de arena de rodeio.

Ao analisar a lei de licitações em vigor, especificamente em seu art. 30, §1º, I, nos deparamos com a seguinte redação, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

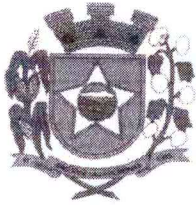
§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

**Ora, o item 8.13.9 exige a apresentação de acervo técnico de características semelhantes, limitadas às parcelas de maior relevância, e, sem exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, vejamos:**

**8.13.9 – Apresentar Acervo técnico, do engenheiro ou arquiteto devidamente registrado no CREA/CAU, para as estruturas para rodeio.**





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33  
Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

Portanto, em que pese o inconformismo da Impugnante no que toca à qualificação técnica profissional, observa-se que seus argumentos carecem de robustez, já que o edital encontra-se em harmonia com a norma.

### **II.III. Da Suposta Ilegalidade na Exigência de Apresentação de Notas Fiscais de Prestação de Serviços:**

Em sequência, a Impugnante afirma que não poderia ser exigida a apresentação de notas fiscais de prestação de serviços.

O item 8.15.7 assim diz, vejamos:

**8.15.7** – A (s) empresa (s) participante (s) deverá (ao) apresentar no mínimo 02 (dois) **Atestados de Capacidade Técnica** - com as respectivas cópias das notas fiscais de prestação de serviços - emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa licitante prestou, sem restrições, serviços de natureza semelhante e compatível ao indicado neste edital.

Neste ponto, mostra-se necessário indicar o posicionamento do TCE/PR, Processo nº 178863/18, vejamos:

**Representação. Exigência de nota fiscal junto a atestado de capacidade técnica, registro no CREA/PR-CAU, e alvará de funcionamento, na fase de habilitação. Irregularidades. Certame concluído. Princípios da competitividade e economicidade atendidos. Pela manutenção do certame. Pela expedição de Recomendação ao Município. Procedência Parcial. Necessidade de a Administração, quando entender necessária a apresentação da nota fiscal junto com o atestado de capacidade técnica, justifique-a de maneira bem fundamentada, visto que esta não se mostra como dado essencial a atestar a capacidade do participante do certame.** Quanto à exigência de alvará municipal de funcionamento com habilitação para a função de locação de palco, expedido pela Administração Pública Municipal, com prazo de validade vigente, aplicável o mesmo entendimento em relação ao item anterior, supramencionado. A despeito do entendimento acerca das ilegalidades mencionadas, *in casu*, verifica-se que o processo licitatório atendeu aos princípios da competitividade e da economicidade. Processo nº 178863/18 - Acórdão nº 152/19 - Tribunal Pleno - Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.



ESTADO DO PARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Ora, nota-se que o próprio item 8.15.7 descreve a justificativa para exigência das notas fiscais, qual seja:

**“certificando que a empresa licitante prestou, sem restrições, serviços de natureza semelhante e compatível ao indicado neste edital”.**

Portanto, ao analisar atentamente a justificativa do edital, nota-se claramente a preocupação da administração em comprovar a similaridade da atividade a ser prestada, com a capacidade técnica profissional pretérita da pretensa ganhadora do certame.

### **III – CONCLUSÃO DO PARECER:**

Diante dos argumentos trazidos pela Impugnante, esta procuradoria manifesta-se pela improcedência dos pedidos.

Este é o parecer.



Documento assinado digitalmente  
HERBERT CORREA BARROS  
Data: 17/03/2023 16:17:36-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**HERBERT CORREA BARROS**  
**OAB/PR n.º 51.127**  
**PROCURADOR DO MUNICÍPIO**





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



## DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Trata-se de Pedido de Impugnação apresentada pela empresa Ana Marcia Kaul ref. ao Edital de Pregão Presencial 06/2023, que tem por objeto, contratação de empresa especializada para execução de rodeio, incluindo todos os equipamentos necessários para realização da 38ª Festa de Aniversário do Município de São José das Palmeiras e 28ª Festa do Peão de Boiadeiro que será realizada nos dias 14, a 16 de abril de 2023,.

O procurador do Município de São José das Palmeiras não reconheceu a **tempestividade** do pedido, bem como se manifestou-se pela sua improcedência, considerando a ausência de documentos trazidos pela impugnante afim de comprovação da ilegalidade do processo licitatório

Desta forma, DECIDO PELO NÃO ACOLHIMENTO do pedido de impugnação do Edital de Pregão Presencial 06/2023, sendo assim permanece inalterada a data de realização do certame.

São José das Palmeiras, 20 de Março de 2023.

  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal